



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL  
Assessoria Técnica - SUPEL-ASSEJUR

Informação nº 23/2020/SUPEL-ASSEJUR

Referência: Processo administrativo n. 0030.047461/2020-41. Pregão Eletrônico n. 157/2020.

Procedência: Equipe de Licitação BETA/SUPEL.

Interessado: Secretaria de Estado de Finanças - SEFIN.

Valor estimado da contratação: R\$ 52.577,66 (cinquenta e dois mil quinhentos e setenta e sete reais e sessenta e seis centavos).

1. Cuidam os autos de procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico, do tipo menor preço do item, via sistema de registro de preços, tendo por objeto a aquisição de água mineral potável (garrafão de 20 litros), água mineral potável (garrafas "pet" de 500 ml) e gás liquefeito de petróleo (GLP - gás de cozinha) acondicionado em botija de 13 KG, para atender as necessidades das Unidades da Secretaria de Estado de Finanças no Interior do Estado.

2. A licitante **CARMO EDUCACAO PROFISSIONAL EIRELI** inconformada com a classificação da proposta e habilitação da empresa **BRS SERVICOS DE MONTAGENS DE ESTRUTURAS EIRELI (item 02)**, apresentou intenção de recurso (0011608812), conforme preceitua o art. 4º, inciso XVIII, da Lei Federal nº 10.520/2002 e no art. 26 do Decreto Estadual nº 12.205/06, conforme segue:

*"Sr Pregoeiro vejo que no CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS da empresa BRS SERVICOS DE MONTAGENS DE ESTRUTURAS EIRELI, nao consta o fornecimento de água".*

3. A Pregoeira julgou pela **IMPROCEDÊNCIA** da intenção de recurso interposta pela recorrente **CARMO EDUCACAO PROFISSIONAL EIRELI**, mantendo a sua decisão (0011698784).

4. Pois bem, passa-se a análise.

5. Desde logo, cabe enfatizar que a presente análise se restringe ao caráter jurídico dos recursos administrativos ora submetido a exame, não sendo considerados os aspectos técnicos ou econômicos da avença, ou de conveniência e oportunidade, cujo ônus recai sobre a Autoridade Competente.

6. Também não se está aqui analisando o processo administrativo na sua inteireza, mas apenas naquilo que concerne aos seus aspectos jurídicos dos recursos administrativos, em face da presunção de legitimidade e de veracidade dos atos administrativos.

7. A recorrente apresentou intenção de recurso administrativo, no qual informa que nas atividades econômicas da recorrida **BRS SERVICOS DE MONTAGENS DE ESTRUTURAS EIRELI** não consta o fornecimento de água. Contudo, não apresentou suas razões de recurso de forma a demonstrar os motivos que fundamentam o seu inconformismo.

8. Sabe-se que para participar do certame, bem como para ser habilitada, além de outros requisitos a empresa deverá comprovar ramo de atividade compatível com o objeto da Licitação.

9. Analisando os documentos de habilitação apresentados pela recorrida **BRS SERVICOS** (0011522967), verifica-se constar, no SICAF (fls. 5), Contrato Social (fls. 11), SINTEGRA (fls. 19-20), Licença de Funcionamento Anual (fls. 21) e no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (fls. 34), as atividades secundárias de Comércio Atacadista em geral, Comércio Atacadista e Varejista de produtos alimentícios, Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado, as quais entendemos ser compatíveis com o objeto da licitação, ou seja, com o fornecimento de água mineral.

10. Nesse sentido, importa apresentar o entendimento da jurisprudência e da doutrina pátria.

11. Marçal Justen Filho defende a possibilidade de realização de atividades pela empresa mesmo que fora da delimitação do objeto social, desde que não seja incompatível com a natureza societária, conforme extraído de sua obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 11. ed. São Paulo: Dialética, 2005, p. 309, no trecho a seguir transcrito:

“(...) o problema do objeto social compatível com a natureza da atividade prevista no contrato se relaciona com a qualificação técnica. Se uma pessoa jurídica apresenta experiência adequada e suficiente para o desempenho de certa atividade, a ausência de previsão dessa mesma atividade em seu objeto social não poderia ser empecilho a sua habilitação. **Impedimento existiria apenas quando uma lei específica exigisse que o desempenho de atividade determinada fosse privativo**”.

12. O Tribunal de Contas da União, diante de tal controvérsia, orienta os órgãos da Administração Pública que interpretem os dispositivos normativos de forma a garantir a maior competitividade, evitando impor condições que restrinjam o caráter competitivo das licitações, conforme voto condutor de Marcos Bemquerer Costa, relator do Acórdão 571/2006, Segunda Câmara (DOU 17/03/2006).

13. A questão da exigência de que o objeto social da empresa seja idêntico com a atividade prevista no edital já está superada, sendo reiteradamente rechaçada pelos tribunais. Mesmo porque, no nosso ordenamento jurídico não vigora o princípio da especialidade da personalidade jurídica.

14. Para arrematar a questão, veja-se o entendimento do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, excertos:

*“REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. A INABILITAÇÃO TÉCNICA DE EMPRESA POR FALTA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA É RESTRITA ÀS HIPÓTESES DO ARTIGO 30 DA LEI N 8666/93. O SIMPLES FATO DE O OBJETO SOCIAL DA EMPRESA NÃO COINCIDIR PRECISAMENTE COM O OBJETO CENTRAL DA LICITAÇÃO NÃO É MOTIVO SUFICIENTE PARA SUA INABILITAÇÃO. SENTENÇA CONCESSIVA DA SEGURANÇA MANTIDA EM REEXAME NECESSÁRIO. (Reexame Necessário Nº 599042074, Primeira Câmara de Férias Cível, Tribunal de Justiça do RS)*

15. Preceitua ainda, Joel de Menezes Niebuhr, a lei 8.666/93, inciso III, art. 28, in verbis:

“...não exige que o documento constitutivo preveja expressamente que o licitante se dedique especificamente à atividade correspondente ao objeto da licitação. No entanto, **as pessoas jurídicas não devem atuar em atividades estranhas ao seu objeto social, que sejam incompatíveis com ele**. Tanto isso é verdade que o inciso III do parágrafo único do artigo 1.015 do Código Civil enuncia que o excesso por parte dos administradores das sociedades simples pode ser oposto a terceiros se ocorrer operação evidentemente estranha aos negócios da sociedade. Dessa sorte, a Administração deve verificar apenas se as atividades desempenhadas pelos licitantes como dispostas em seus documentos constitutivos são compatíveis, em linha geral, com o objeto da licitação. Licitante deve ser inabilitado apenas se houver incompatibilidade.” (In: Licitação Pública e Contrato Administrativo. Curitiba: Zênite, 2008. Pág. 222)

16. Portanto, tal argumento por si só não constitui motivo para inabilitação da recorrente, uma vez que as atividades secundárias possuem compatibilidade com o objeto da licitação.

17. Destarte, tendo a Administração selecionado a proposta mais vantajosa e a recorrida atendido as regras do edital, não há em que se falar em inabilitação.

18. Ante o exposto, opinamos pela manutenção da decisão da Pregoeira que julgou **IMPROCEDENTE** a intenção de recurso apresentada pela licitante **CARMO EDUCACAO PROFISSIONAL EIRELI**, mantendo a classificação da proposta e habilitação da empresa **BRS SERVICOS DE MONTAGENS DE ESTRUTURAS EIRELI** (item 02).

19. A decisão foi fundamentada com base no disposto no art. 3º da Lei 8.666/93, que garante a observância do princípio constitucional da legalidade, da igualdade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, ao selecionar a proposta que for mais vantajosa para a Administração.

20. Este Parecer dispensa aprovação por parte do Procurador Geral do Estado, conforme autorização contida no artigo 11, inciso V, da Lei Complementar nº 620/2011 concomitante artigo 9º da Resolução nº 08/2019/PGE-GAB, da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia, publicada no Diário Oficial do Estado de Rondônia - Edição 126 - 11 de julho de 2019 - Porto Velho/RO (6876905).

21. Oportunamente, submeter-se-á o presente recurso à decisão superior, conforme previsto no art. 109, § 4º, da Lei nº 8.666/93, conferindo-se regular curso ao processo, de acordo com a legislação em vigor.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Falcao Ribeiro, Procurador(a)**, em 03/06/2020, às 17:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0011725137** e o código CRC **C4520376**.